

EDITORIAL

UNIVERSIDADE, AUTONOMIA E CONTRADIÇÕES

Nesta segunda edição do ano de 2016, iniciamos nosso editorial voltando o olhar para a nossa universidade e o contexto histórico no qual ela se insere. No final dos anos 80, a crise do Estado de Bem-Estar Social leva a uma suposta necessidade de modernizar a gestão pública no sentido de superar a forma de administração burocrática utilizada até então. A saída seria encontrada nos princípios do Neoliberalismo por meio da Administração Pública Gerencial (ou Nova Gestão Pública) que, sob um modelo de gestão gerencialista, redefine o papel do Estado e incorpora elementos típicos do mercado na gestão dos serviços públicos.

Nesse contexto, as reformas educacionais implementadas no Brasil nos anos 90, sobretudo após o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, promoveram profundas alterações na educação brasileira. Termos como descentralização, autonomia e participação foram ressignificados pelo ideário da reforma distanciando-se do sentido que assumiam nas reivindicações sociais.

As implicações dessas reformas atingiram a educação superior (tanto as instituições públicas quanto as privadas) de muitas formas. No caso específico da educação superior privada, à medida que a educação passa a ser considerada um negócio (muito rentável, inclusive, para alguns grupos), observamos um crescimento vertiginoso das matrículas no setor, sobretudo, nas instituições com fins lucrativos e uma estagnação das instituições confessionais, filantrópicas, comunitárias, sem fins lucrativos.

Nesse movimento, onde o mercado regula o oferecimento da educação, as instituições privadas de educação superior vão, na busca por sobrevivência, assemelhando-se. Assim, universidades que se destacavam por terem um projeto institucional comprometido com o social, construído democraticamente e que tinham a tradição da participação de todos nos processos decisórios, passam a sofrer modificações em sua organização que comprometem sua autonomia.

No entanto, as escolas (e as universidades são, também, escolas) são construções sociais. Isso significa que, apesar de elas serem determinadas externamente, suas histórias, seus sujeitos e suas características próprias também as determinam. Assim, como nos ensina o professor Licínio Lima, da Universidade do Minho, mesmo quando as escolas tentam incorporar as determinações externas, o resultado, muitas vezes, é uma reinterpretação dessas determinações (LIMA, 2011).

Dessa forma, fica evidente que, mesmo em um cenário tão adverso estabelecido pela lógica gerencialista de gestão da educação e, dentro dela, da educação superior, que tem confundido autonomia universitária com regulação do mercado, é que ainda há, no interior de cada instituição, possibilidades de fazer frente a essa situação, afinal, “[...] não é tanto o centro que edifica ou constrói as periferias, mas estas que, ao serem assumidas como centros de ação educativa concreta, por atores concretos, confirmam, e reinventam, a existência do centro.” (LIMA, 2011, p. 189). Assim é que, a escola, como espaço de contradição, reproduz a situação social vigente, mas também contribui para a sua superação.

A Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) é uma universidade que tem uma história reconhecida de luta e engajamento social e um projeto institucional que reflete valores e princípios um tanto quanto diferentes do que os valorizados pelo mercado. Isso não significa que estejamos apartados dos efeitos dessas reformas. Pelo contrário, é justamente neste contexto de contradições que nos inserimos na luta pela preservação de um projeto institucional no qual acreditamos. É por isso que aqui nos mantemos atentos e ativos para resgatar nossa história e política acadêmica para conseguir reafirmar os valores e princípios que sempre caracterizaram o trabalho desenvolvido na UNIMEP e, dessa forma, conseguirmos resistir às investidas contra a autonomia universitária.

Apontamos estas questões porque entendemos que não há atividade acadêmica descolada de seu contexto. O trabalho de divulgação da produção científica na área de educação que realizamos na **Comunicações** não é realizado num vazio histórico, mas num espaço de contradições e reflexões sobre o modo como exercemos (e lutamos por) nossa autonomia.

É nesse sentido que, ao olharmos para a edição que ora publicamos, percebemos a relevância das discussões e análises aqui apresentadas, oriundas de pesquisadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Rio Grande do Norte. Apresentamos temáticas ligadas à tecnologia e modernidade, formação inicial nas licenciaturas, pesquisa acadêmica, filosofia da educação, psicanálise, práticas educativas na educação infantil e no ensino fundamental, educação não formal e pedagogia hospitalar em artigos com pesquisas bibliográficas, estudos de caso, com relatos, estatísticas e documentais.

Mirian Hasegawa e Ana Mercês Bahia Bock, no artigo “As subjetividades dos estudantes na era da internet” discutem a relação entre os jovens, a Internet e a desigualdade social, a partir de uma análise qualitativa com dois sujeitos pertencentes a classes sociais diferentes e sua interação com a Web. Suas conclusões, apontando para a semelhança nos modos como ambas se apropriaram dos recursos tecnológicos, são provocativas para pensarmos nas condições de acesso às TIC e o papel destas na manutenção ou na modificação de desigualdades sociais.

Eugênio Paccelli Aguiar Freire escreveu o artigo “A comunicação/educação freireana na *podofera* brasileira”. Neste, o autor parte de um referencial teórico pautado na obra de Paulo Freire para analisar *podcasts* produzidos no Brasil. Destaque para as potencialidades dialógicas das práticas comunicativas não monetizadas de parte importante dessas transmissões via Internet. Abre-se, aqui, espaço para uma reflexão sobre as relações entre educação e a interação entre *podcasters* e sua audiência.

Marcos Alexandre Alves escreveu “O princípio ético da responsabilidade: apelo por um ensino científico prudente” propondo, com base no princípio responsabilidade de Hans Jonas, uma atitude crítica em relação à sociedade tecnocientificista. Em nossa sociedade, a prudência deve ser tomada como parâmetro para pensarmos o desenvolvimento científico e, principalmente, seu ensino em uma perspectiva ética.

Warley Ferreira Sahb e Fernando José de Almeida trazem no artigo “Tecnologia como direito: as TDIC e o desafio da educação escolar” uma reflexão acerca do acesso às tecnologias tomando-as como um direito humano e as consequências educacionais desta condição. Os autores defendem, entre outras coisas, pautados nos autores que escolheram para sua discussão, uma maior integração das TDIC nos currículos escolares.

Maísa Aparecida Oliveira e Maria Cristina Silveira Galan Fernandes problematizam o produtivismo acadêmico em seu artigo “Socialização, experiências e agentes-interlocutores na formação do estudante universitário: interfaces da produtividade acadêmica”. A partir de um questionário aplicado a 120 estudantes de graduação, as autoras observam como esses estudantes inserem-se em um *habitus* que está imbricado de valores e práticas que promovem a intensificação do trabalho, normalização do produtivismo e mercantilização do conhecimento.

Claudia Gomes, Helena Maria dos Santos Felício e Priscila Oliveira Batista direcionaram seu olhar para o PIBID, analisando as potencialidades formativas e os desafios desse programa a partir de um questionário aplicado a 112 supervisores em Minas Gerais. No artigo “O PIBID e a profissionalização dos supervisores de área”, as autoras trazem à reflexão o desafio de superar a polarização universidade-escola e realizar uma prática que ocorra no campo intermediário entre essas instituições.

André Martins Alvarenga e Gionara Tauchen olham para o processo de reestruturação curricular do curso de Licenciatura em Ciências Exatas da UNIMPAMPA e elaboram suas análises sobre como a nova estrutura do currículo desse curso pode contribuir com uma formação interdisciplinar. As diferentes práticas pedagógicas que eles encontram em sua pesquisa são apresentadas no artigo “Organizações que potencializam a interdisciplinaridade: contribuições para a formação de professores”.

Beatriz Wetzel da Cunha e Cleber Gibbon Ratto partem de uma base psicanalítica calcada na obra de Winnicott para analisarem a relação entre o sofrimento e o processo criativo em Frida Kahlo. No artigo “Estudos sobre o processo criativo – um olhar sobre Frida Kahlo”, os autores trazem uma reflexão sobre o impulso criativo e a produção artística diante das angústias impensáveis que marcam a vida da artista. E todas as nossas.

Luis Antonio Groppo, Renata Sieiro Fernandes e Micaelli Silveira escreveram “O programa Projovem, as práticas socioeducativas e a educação (não) formal”, trazendo uma leitura das práticas socioeducativas para os jovens das classes trabalhadoras. Sua análise problematizando o modo como práticas formais e não formais de educação estão presentes nos contextos observados trazem à tona o debate sobre os espaços e as estratégias de resistência diante do paradigma dominante da “inclusão social”.

Irene Monteiro Felipe e Luciana Szymanski partem de uma base teórico-metodológica pautada na fenomenologia de Heidegger para analisar as entrevistas de três educado-

ras/educadores sociais. No artigo “O poder da palavra: o trabalho de educadoras(es) sociais com a literatura”, as autoras trazem uma leitura da relação de profissionais do CRAS com o ato de contar histórias ressignificando narrativas e construindo afetos.

Cristiane Makida–Dyonisio, Ida Carneiro Martins e Roberto Gimenez escreveram, no artigo “Inclusão escolar: uma reflexão sobre a transição da educação infantil para o ensino fundamental” os resultados de suas reflexões sobre as diferenças entre práticas inclusivas na educação infantil e no ensino fundamental. As conclusões do artigo apontam para diferenças relevantes entre os níveis nas ações de inclusão e nas oportunidades de interação promovidas pelas escolas.

Regina Simões, Gilda Maria Maia Martins Saldanha escreveram, no artigo “Prática pedagógica docente em ambiente hospitalar: facilidades e dificuldades” suas análises de entrevistas com seis docentes que atuam em pedagogia hospitalar com crianças em atendimento oncológico. Os desafios apontados pelas autoras mostram-se menos pelos condicionantes próprios dessa modalidade de prática pedagógica e mais pelas condições de trabalho e realidade escolar dos alunos.

Luana Zanotto, Fernando Donizete Alves, Aline Sommerhalder, Maria Elisa Nicolielo e Juliana Inhesta Limão trazem, no artigo “O brincar como prática social identificado em um grupo de crianças da zona rural”, reflexões a respeito do lúdico e do brincar nas práticas dentro de um ônibus escolar de crianças entre 6 e 10 anos de idade que moram na zona rural e se deslocam para a escola na zona urbana.

Angelita Ribeiro e Vanessa Matos dos Santos trazem o relato de uma pesquisa com alunos de primeiro ano do Ensino Fundamental a partir de uma intervenção em sala de aula sobre o tema das relações étnico-raciais. No artigo “Estratégias pedagógicas e recursos midiáticos na abordagem das questões raciais: relato de uma experiência no ensino fundamental”, os resultados da pesquisa mostram as modificações nas ações, palavras e representações das crianças após a intervenção.

Maria dos Remédios Brito traz para esta edição um ensaio sobre o Zaratustra de Nietzsche. O texto “Quem é o Zaratustra de Nietzsche? – Zaratustra como educador”, constrói o tipo Zaratustra na leitura da obra do filósofo alemão do século XIX para entender como esse tipo educador mobiliza um exercício formativo ao vivenciar suas andanças experimentais de si mesmo.

Concluimos com uma resenha da obra “Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares”, organizado por Débora Cristina Piotto e publicado em 2014.

*Andreza Barbosa
Thiago Borges de Aguiar*

REFERÊNCIA

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.